



Banco Mundial Recusa-se a Avaliar Honestamente os Benefícios Económicos da Sasol Pande Temane

O Banco Mundial decidiu que o âmbito da avaliação final do “Projecto de Gás Regional da África Austral entre a República de Moçambique e a República da África do Sul” (Sasol Pande Temane) não deveria ser regional nem incluir a África do Sul. Através desta recusa em colocar e discutir grandes questões, o Banco Mundial procura transformar um fracasso económico num sucesso económico marginal. O CIP faz um chamamento ao Banco Mundial para rever a avaliação, abordando os benefícios económicos que a Sasol colhe a partir do gás moçambicano na África do Sul.

Em Julho de 2014, o Banco Mundial publicou, quietamente, a sua avaliação do “Projecto de Gás Regional da África Austral entre a República de Moçambique e a República da África do Sul.” Esta é a avaliação final do Banco Mundial ao seu apoio para o desenvolvimento dos campos de gás de Pande-Temane e do oleoduto para a África do Sul.¹

O CIP previa que este documento pudesse proporcionar uma aferição honesta das formas em que os moçambicanos beneficiaram, ou não, de uma década de exportações de gás natural para a África do Sul.

A grande questão em volta do projecto da Sasol Pande Temane é o preço a que a Sasol compra o gás em Moçambique e o vende na África do Sul. A análise detalhada do CIP em relação aos pontos fracos deste negócio e às implicações económicas é apresentada no artigo intitulado “[First Major Extractive Sector Project Fails Mozambique](#)”, ou “Primeiro Grande Projecto do Sector Extractivo Não Beneficia Mozambique”. O Relatório do Banco Mundial ignora, sistematicamente, as principais questões à volta deste projecto e não faz qualquer referência à análise do CIP na sua avaliação de 60 páginas.

De forma recorrente, a análise do Banco Mundial emprega justificações técnicas limitadas para evitar reconhecer abertamente os desequilíbrios surpreendentes nos benefícios económicos para Moçambique e para a Sasol.

Embora, pelo título, o projecto seja “regional” e cubra a “África do Sul”, a avaliação exclui, explicitamente, qualquer análise dos benefícios económicos tanto para a Sasol na África do Sul, como para o Governo da África do Sul.

Embora o Banco Mundial tenha proporcionado assistência técnica ao projecto de Pande Temane desde 1994, incluindo o apoio para a negociação de contratos com a Sasol, a avaliação exclui, explicitamente, qualquer análise dos principais contratos assinados entre 2000 e 2002.

Portanto, a referência à análise económica na avaliação não é se Moçambique teve um tratamento justo a partir da venda do seu gás natural, mas como os retornos económicos se comparam com as projecções estreitas do Banco Mundial.

Igualmente perturbador é o uso pelo Banco Mundial de dados confidenciais das receitas da Sasol (dados não disponíveis para os Moçambicanos) e a sua representação deturpada

de como isto se compara aos dados de receita publicamente disponíveis nos relatórios do EITI. O CIP apela ao Banco Mundial para encomendar uma nova avaliação da Sasol Pande Temane que *inclua* explicitamente os benefícios económicos do gás moçambicano na África do Sul, que examine as implicações económicas dos contratos assinados entre 2000 e 2002 que foram negociados com o apoio do Banco Mundial e que use apenas dados de receita disponíveis no domínio público.

Problema 1: Nenhuma Análise Económica do lado da África do Sul

A primeira grande falha da análise do Banco Mundial é o facto desta excluir, explicitamente, qualquer análise dos benefícios económicos na África do Sul. O relatório nota que, “se o projecto tivesse que ser desenhado hoje ... o projecto teria provavelmente sido desenhado como um projecto regional.” “Isto teria significado que os impactos teriam sido avaliados tanto em Moçambique como na África do Sul” e teriam envolvido uma análise dos benefícios “em ambos países” (p. 15).

Este é um argumento surpreendente considerando que o título formal do projecto é “Projecto de Gás Regional da África Austral entre a República de Moçambique e a República da África do Sul” (ênfase acrescentada). É impossível avaliar os benefícios procedentes do projecto sem olhar para a África do Sul, considerando que ao longo do mês de Junho de 2012, dos 875 MGJ do gás natural, todos, excepto 23 MJG foram exportados para a África do Sul. (p. 13.).

Como é geralmente sabido que a maioria dos benefícios económicos do projecto é encontrada na África do Sul, o CIP questiona-se o porquê do Banco Mundial voltaria a cair numa definição técnica do âmbito do projecto que parece ser totalmente inconsistente com o título ou propósito do projecto.

Problema 2: Nenhuma Avaliação à Lesiva Transferência de Preços

Avaliar os benefícios económicos do gás de

Moçambique na África do Sul é essencial, dada a diferença entre o preço que a Sasol paga pelo gás em Moçambique e o preço a que vende o mesmo gás na África do Sul.

O relatório afirma, por exemplo, que a parte do “rendimento económico” em benefício de Moçambique não corresponde a 64%, conforme projectado pelo Banco Mundial em 2003, mas, contrariamente, a 52%. (p. 26).

O relatório do CIP sobre o projecto da Sasol “[*First Major Extractive Sector Project Fails Mozambique*](#)” demonstrou que a Sasol transferiu a maioria esmagadora dos lucros de Moçambique para a África do Sul por causa de um acordo de preços lesivo. De acordo com a CMH, a Sasol comprou gás com base nos termos do acordo original de \$1.50 por giga joule e está agora a pagar cerca de \$3.00.² De acordo com o Regulador de Energia da África do Sul, a Sasol vendeu gás moçambicano na África do Sul, com base no acordo original, por mais de \$7.00 e pode agora vender o gás por até cerca de \$14.00 por giga joule.³

O CIP acredita que qualquer análise credível dos benefícios económicos do projecto da Sasol Pande Temane deve incluir uma avaliação do preço a que a Sasol compra o gás em Moçambique e o vende na África do Sul.

Problema 3: Nenhuma Avaliação dos Acordos Anteriores a 2003

O âmbito do relatório é também definido de forma demasiadamente estreita em termos do horizonte temporal. A avaliação exclui, explicitamente, uma análise dos principais acordos, incluindo o Acordo de Produção de Petróleo (PPA) de 2000; o Acordo sobre o Oleoduto (PA) de 2000 e o Acordo de Venda de Gás de 2002, com justificação de que eles foram negociados antes do apoio do Banco Mundial.

De forma específica, a avaliação estipula que, “antes do envolvimento do Banco, os principais acordos contratuais para a implementação do projecto já tinham sido instituídos” (p. 9). De forma mais específica ainda, a avaliação afirma que “os acordos mais importantes, que

afectam os riscos e retornos entre os principais intervenientes (o PPA e o PA) já tinham sido combinados e assinados, quase exactamente 2 anos antes do Banco Mundial ter recebido uma solicitação para apoiar o projecto.” (p. 34). A conclusão é que, “onde possível, o Banco deveria ter entrado no processo de preparação do projecto o mais cedo quanto possível.” (P. 34).

De facto, estes acordos foram negociados com apoio explícito do Banco Mundial; tratava-se apenas de um projecto diferente do Banco Mundial. O apoio do Banco Mundial para o desenvolvimento das reservas de gás de Pande Temane começou com o “Projecto de Engenharia de Gás” em Junho de 1994 e continuou até Junho de 2003. A avaliação final do Projecto de Engenharia de Gás, publicada em 2004, afirma que alguns recursos da primeira fase desse projecto, e a maioria dos recursos da segunda fase, foram explicitamente dedicados ao apoio para as negociações com a Sasol.⁴

O CIP acredita que os principais termos que estabelecem a divisão dos benefícios económicos entre a Sasol e Moçambique, negociados com apoio directo do Banco

Mundial, deveriam ser centrais para qualquer avaliação do projecto.

Problema 4: Nenhuma Análise do Acordo de Venda de Gás

O Projecto de Gás Pande Temane não foi capaz de trazer receitas razoáveis para o povo de Moçambique porque o Acordo de Venda de Gás é fundamentalmente lesivo. A avaliação do Banco Mundial quase que não dedica qualquer atenção a esta questão e quando são discutidos os termos de venda de gás, o problema principal não é tratado.

Com vista a proporcionar segurança, tanto ao Estado como à Sasol, o acordo original incluiu um preço máximo (limite) e um preço mínimo. O Banco Mundial nota que, dados os aumentos massivos nos preços do petróleo ao nível global nos anos de intervenção, o preço máximo limitou os benefícios económicos que Moçambique

poderia ter assegurado. De forma específica, no contexto mundial de preços de petróleo elevados, o relatório indica que “isso fez com que a Sasol tivesse obtido gás (e pago impostos) a um custo mais baixo ao longo do período de 2004-14 do que se o preço do gás não tivesse um valor máximo.” (P. 13).

De facto, a diferença surpreendente entre o preço ao qual a Sasol compra e vende o gás de Moçambique tem pouco a ver com os preços do petróleo ao nível internacional ou com o preço máximo aplicado nos primeiros dez anos. O problema real é que a fórmula de gás acordada em 2002 paga, simplesmente, a Moçambique, muito pouco, não obstante os preços internacionais. O Banco Mundial está plenamente consciente do problema. De facto, a avaliação do Projecto de Engenharia de Gás reconheceu que uma das principais fraquezas do projecto foi que, “a SASOL controla todas as suas componentes (a montante, transporte, a ante) e que a sua estratégia geral é, provavelmente, procurar gás ao menor custo possível no ponto de entrega”. (p. 8 de 2004).

O CIP defende que dando ênfase às consequências económicas do preço máximo sobre os preços dos primeiros dez anos, o Relatório do Banco Mundial desvia a atenção da questão real, que está relacionada com termos fundamentalmente lesivos da fórmula de venda de gás, não obstante a sua capacidade de resposta para os preços de referência internacionais.

Problema 5: Avaliação Económica Comparada apenas com as Projecções Originais

Qual é o marco de referência para a avaliação do desempenho económico ao longo dos primeiros dez anos da Sasol Pande Temane? A avaliação do Banco Mundial é baseada apenas em como as receitas do Estado Moçambicano são comparadas com as suas projecções iniciais de 2004. A avaliação admite que os “benefícios fiscais dos impostos de rendimento e *royalties* estão abaixo das expectativas até à data” (p. 24) e de forma mais específica que “até 2012, impostos mínimos

e royalties tinham ido para os cofres do Estado Moçambicano.” (p. 23.) O Banco Mundial também admite que a parte do “rendimento” de Moçambique no país (não tomando em consideração o valor do gás na África do Sul) não é projectada em 64%, mas em apenas 52% (p. 26).

Não obstante, a avaliação considera os benefícios como sendo “satisfatórios” na medida em que “os dados proporcionados pela Sasol indicam que a soma total do Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas e royalties pagos ao Estado no período de 2004 a 2013 foi de US\$ 130 milhões”, e que isto “corresponde a 124% da meta de 2013.” (página 22 e p. vi.). No documento original do projecto, o Banco Mundial afirma que as projecções foram baseadas em “pressupostos conservadores” e que “os verdadeiros benefícios económicos realizados pelo projecto poderiam ser muito maiores.”⁵ Ainda assim, as metas foram dificilmente satisfeitas, embora o preço de venda tivesse um limite máximo de (\$34), ao invés do preço assumido pelo Banco Mundial (\$20), e que uma expansão da capacidade de produção de gás contribuiu para o aumento das exportações.

O CIP acredita que faz pouca diferença se as receitas reais do Estado ao longo dos 10 anos estão perto de \$50 milhões (conforme sugerido nos dados de receitas públicas), \$130 milhões (conforme exigido pela Sasol), ou \$170 milhões (conforme exigido pela Ministra Bias). Todas as três quantias são uma ninharia, comparativamente aos biliões de dólares que o gás de Moçambique gera na África do Sul.

Problema 6: Baseado em Dados de Receitas Confidenciais da Empresa e não nos Dados do EITI

O Relatório da análise económica do Banco Mundial é baseado em dados confidenciais da empresa que não estão disponíveis para o público moçambicano. O relatório afirma que, “dados proporcionados pela Sasol indicam que o valor total do imposto de rendimento

e royalties pagos ao Estado Moçambicano de 2004 até 2013 correspondia a US\$ 130 milhões (sem descontos).” (p. 22) O relatório também apresenta uma representação gráfica mostrando os royalties e impostos pagos ao Governo de Moçambique no período de 2004 até 2013. (p. 23) Ao mesmo tempo, o relatório indica que, “Os dados anuais reportados pela Sasol são mais baixos do que os dados anuais reportados nos relatórios do EITI para Moçambique.” (P. 22). Isto implica que os dados de receita estão disponíveis no domínio público e que o relatório adopta uma visão *conservadora* sobre as receitas do Estado.

Está claro que os autores do relatório do Banco Mundial nunca chegaram a olhar, realmente, para os dados do EITI sobre Moçambique. A afirmação de que os números contidos nos relatórios anuais do EITI são altos é, simplesmente, falsa. Primeiro, os relatórios do EITI cobrem apenas quatro dos dez anos abrangidos pelos dados da Sasol (2008-2011). Mais de metade dos \$130 milhões parece estar relacionada com os anos 2012 e 2013 – anos para os quais nenhum relatório do EITI foi publicado. Segundo, uma fonte de receita significativa nos dados da Sasol corresponde ao Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas pago pela ROMPCO (a empresa do oleoduto), mas os dados da ROMPCO não estão incluídos nos primeiros três dos quatro relatórios do EITI disponíveis. Assim, a vasta maioria dos \$130 milhões de dólares que a Sasol indica terem sido pagos em forma de royalties e Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas ao Governo de Moçambique não pode ser encontrada nos relatórios do EITI para Moçambique.

O CIP opõe-se firmemente ao uso de dados confidenciais da empresa – informação não disponível aos cidadãos moçambicanos – na avaliação dos benefícios económicos do projecto da Sasol Pande Temane. Adicionalmente, o CIP opõe-se firmemente à representação deturpada dos dados existentes e disponíveis ao público através do EITI.

Ainda sem uma explicação sobre as projecções deficientes do FMI.

O CIP desafiou a legitimidade da análise contida na avaliação final do Banco Mundial sobre o projecto da Sasol Pande Temane. Ao mesmo tempo, felicitamos o Banco Mundial pela realização da análise e pela sua transformação num documento de domínio público. Desafiámos o FMI a fazer o mesmo.

Em 2007, o FMI publicou projecções de receita para o projecto da Sasol Pande Temane que foram muito mais optimistas do que as projecções preparadas pelo Banco Mundial ou aquelas preparadas pelo MIREM.⁶ O CIP destacou a grande discrepância entre as projecções do FMI e as receitas reais do Estado, na nossa análise dos documentos do projecto da Sasol Pande Temane. Contudo, não houve qualquer resposta oficial do FMI no sentido de explicar as projecções deficientes, ou qualquer indicação de que eles tenham resolvido estes erros nos seus actuais esforços com vista a modelar receitas potenciais a partir do carvão ou do Gás Natural Liquefeito do Rovuma.

Nenhum detalhe do Governo sobre os pagamentos de receitas.

Os doadores têm uma obrigação de reportar ou prestar contas ao povo moçambicano para que eles possam fazer uma avaliação da distribuição real dos benefícios económicos a partir do projecto da Sasol Pande Temane entre a Sasol (em ambos países) e o Governo de Moçambique. Os doadores também têm uma obrigação de explicar as diferenças entre as suas projecções de receitas nas primeiras fases do projecto Pande Temane e as receitas reais recebidas. Mas o verdadeiro problema da ausência da transparência está, não só com os doadores, mas também com o Governo de Moçambique.

Tanto o Parlamento como o Povo de Moçambique, têm o direito de ter uma descrição pormenorizada dos benefícios económicos do Projecto de Gás da Sasol Pande Temane. Esta descrição

deverá incluir pagamentos de receitas anuais feitas ao Governo de Moçambique pela Sasol Petroleum Temane, pela CMH e pela ROMPCO. O Governo deverá comissionar um estudo sobre o valor do gás moçambicano vendido na África do Sul.

(Endnotes)

- 1 Ver “Implementation and Completion Results Report” on the “Southern Africa Regional Gas Project between the Republic of Mozambique and the Republic of South Africa” Report No: ICR86374-MZ, 30 Jun. 2014.
- 2 CMH: Relatório Financeiro Anual para o ano que terminou a 30 de Junho de 2014, p. 10.
- 3 O preço médio durante 2008-09 era de R63.28/GJ. Ver Regulador Nacional de Energia da África do Sul, “The Price Capping Mechanism For The Financial Years 2008/2009,” p. 1. Ver Regulador Nacional de Energia da África do Sul, Aprovação do Preço Máximo do Gás, 26 de Março de 2013, p. 1.
- 4 Ver, Projecto de Engenharia do Gás – Relatório de Conclusão da Implementação, Número 27480, Banco Mundial, 15 de Março de 2004.
- 5 Project Appraisal Document – Southern African Regional Gas Project (No: 26757-MOZ) 22 de Outubro 2003, p. 64.
- 6 Para o FMI, ver Philip Daniel, Ana Paula Dourado, Diego Mesa Puyo & Alistair Watson, “The Petroleum Sector: Fiscal and Economic Terms,” Aide-Mémoire of the Fiscal Affairs Department, IMF, 2007, p. 14. Para o MIREM ver Per-Åke Andersson, The impact of the mega projects on the Mozambican economy, Discussion Paper No. 18, Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, República de Moçambique, Março de 2001, p. 11.

Boa Governação, Transparência e Integridade

FICHA TÉCNICA

Director: Adriano Nuvunga

Coordenadora do Pilar: Fátima Mimbire

Pesquisadores do CIP: Baltazar Fael; Ben Hur Cavelane; Borges Nhamire; Edson Cortez; Fátima Mimbire; Jorge Matine; Lázaro Mabunda; Nélia Nhacume ; Stélio Bila; Teles Ribeiro

Layout & Montagem: Nelton Gemo

Endereço: Bairro da Coop, Rua B, Número 79, Maputo - Moçambique

Contactos:

Fax: 00 258 21 41 66 25

Tel: 00 258 21 41 66 16

Cel: (+258) 82 301 6391

Caixa Postal: 3266

E-mail: cip@cip.org.mz

Website: <http://www.cip.org.mz>

Parceiro de assuntos de género:



Parceiros



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development and Cooperation SDC



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP
Open Budgets. Transform Lives.



Koninkrijk der Nederlanden



Department for International Development



Education for development

DANIDA



ROYAL DANISH EMBASSY IN MAPUTO



PROGRAMA DE AÇÃO PARA UMA GERAÇÃO INCLUIVA E RESPONSÁVEL



SUÉCIA



ROYAL NORWEGIAN EMBASSY